

CONTRIBUIÇÕES DE JOGOS E BRINCADEIRAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CONTRIBUTIONS OF GAMES AND PLAY TO PROMOTING INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Evelyn Lopes Santos Moulais **1**

Gabriela Costa Silva Lima **2**

Nathalia Barroso Ferreira **3**

Rodrigo Carlos Pinheiro **4**

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar as contribuições do uso de jogos e brincadeiras para a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil. Para atingir tal propósito, buscou-se refletir sobre a Educação Infantil e seus aspectos legais; compreender a importância do brincar, nessa fase inicial da escolarização; investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil; analisar as possíveis contribuições dos jogos e brincadeiras para a promoção da inclusão na Educação Infantil e, por fim, identificar e descrever jogos e brincadeiras que podem ser utilizados em uma sala de aula inclusiva. O delineamento metodológico para a produção deste artigo, pauta-se pela abordagem qualitativa, sendo construído e elaborado a partir de pesquisa bibliográfica. Concluiu-se, portanto, que os jogos e as brincadeiras são ferramentas indispensáveis para o uso em sala de aula, uma vez que favorecem o desenvolvimento integral da criança e promovem a inclusão.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação inclusiva. Jogos e Brincadeiras.

Abstract: This article has the goal of analyzing the use of games to promote the inclusion of students with disabilities in Preschool Education. To reach that purpose, it was necessary to reflect upon Preschool Education and its aspects; Understand the importance of playing during this initial schooling phase; investigate how the process of inclusion happens with children who have disabilities in Preschool Education; analyze the possible contributions of games to promote the inclusion in Preschool Education, at last, identify and describe the games that can be used in an inclusive classroom. The methodological design used in the production of this article guides itself by the qualitative approach, being built and elaborated from a bibliographic research. Therefore, it is concluded that games are indispensable classroom tools, once they support children's development and promote inclusion.

Keywords: Childhood Education. Inclusive Education. Games.

-
- 1** Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0073453686990350>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1762-1305>. E-mail: evelynmoulais@gmail.com
 - 2** Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Auxiliar administrativo no Colégio M2. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7730954279954652>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0696-4594>. E-mail: gaby.csl@hotmail.com
 - 3** Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva e Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia (Unicesumar). Atualmente é auxiliar de inclusão no Colégio Professor Roberto Herber Gusmão - Fundação Zerenener. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2593512357953544>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2769-8422>. E-mail: nathaliabarroso2002@gmail.com
 - 4** Doutor em Educação (UFMG), Mestre em Educação Matemática (UFOP), Graduado em Matemática (UNI-BH) e Pós-doutorando em Educação Matemática (UFOP). Atualmente é docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2128715366104970>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4846-5291>. E-mail: rodrigopinheiro506@gmail.com

Introdução

A temática a respeito da Educação Inclusiva tem estimulado diversas pesquisas e discussões no âmbito acadêmico. Nesse sentido, de acordo com Bueno, Mendes e Santos (2008), a inclusão escolar é o tema mais presente nas políticas educacionais no mundo. Isso fica claro quando percebemos a presença dela nas propostas políticas, nos discursos dos que têm autoridade, nas ações dos governantes e nas escolas.

Entretanto, apesar das conquistas e das propostas inovadoras de educação para todos, muitas escolas e professores ainda enfrentam dificuldades para incluir alunos com deficiência nas salas de aula e para adotar recursos pedagógicos que realmente possam contribuir para a aprendizagem e inclusão dos estudantes na Educação Infantil. Com efeito, a proposta de inclusão escolar, de acordo com Bizarria, Cunha e Ribeiro (2017, p. 68):

[...] é a oportunidade de um novo olhar, de uma nova perspectiva, de uma nova forma de se enxergar as práticas educacionais. Isto, possibilitando (almejando), que por meio delas, se oportunize que o direito de aprender seja proporcionado a todos os alunos (tendo eles deficiência ou não).

Com efeito, Maria Teresa Mantoan (2003) deixa claro que a escola deve parar de desconsiderar e anular as diferenças, sejam elas físicas, culturais, sociais, entre outras – uma vez que o processo de aprender envolve as especificidades de cada um e como cada pessoa representa o mundo, segundo suas origens, valores e sentimentos. Ainda, consoante Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”.

Sabe-se que a Educação Infantil é uma etapa importante e sem igual na vida da criança. De acordo com essa afirmação, Márcia Veiga (2008) salienta que é imprescindível que, desde a fase inicial, a criança conviva com as outras, sem que haja separação e discriminação em relação às pessoas com deficiência. Nesse sentido, cabe ressaltar que a inclusão escolar deve fazer parte do cotidiano da escola, da sala de aula e das ações dos professores, para que, de fato, a inclusão aconteça desde a tenra idade da criança.

Um dos aspectos presentes, quando se fala no trabalho com a Educação Infantil, é o brincar. Para Veiga (2008), o brincar possibilita a construção da identidade das crianças e das relações com os outros, além de proporcionar o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, a inserção no mundo da fantasia e a oportunidade de expressar seus sentimentos. Portanto, além de ser um direito, a criança se desenvolve integralmente, sendo necessário que, tanto a escola como os professores, não minimizem essa ação, mas promovam momentos significativos de interação e brincadeiras para as crianças, incluindo todas elas, sem exceção.

Diante desse cenário, a pesquisa justifica-se pela relevância desse tema na atualidade, pois as instituições de ensino e os docentes ainda encontram obstáculos para incluir crianças com deficiência desde a Educação Infantil. Como objetivo geral, buscou-se verificar quais são as contribuições do uso de jogos e brincadeiras para a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil. Para atingir tal objetivo, delineamos alguns objetivos específicos que inclui: a) refletir sobre a Educação Infantil e seus aspectos legais; b) compreender a importância do brincar, nessa fase inicial da escolarização; c) investigar como ocorre o processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil; d) analisar as possíveis contribuições dos jogos e brincadeiras para a promoção da inclusão na Educação Infantil; e) identificar e descrever jogos e brincadeiras que podem ser utilizados em uma sala de aula inclusiva.

Para realização dessa investigação, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que, conforme Antônio Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sendo assim, o trabalho se baseou e se estruturou em estudos desenvolvidos por diversos autores, que tiveram a mesma

aspiração em investigar a temática. Desse modo, foi realizado um levantamento bibliográfico de produções científicas disponíveis no Google Acadêmico. Foram utilizadas cinco palavras-chave para este levantamento: Educação Infantil, brincar, Educação inclusiva, jogos e brincadeiras.

Esse levantamento iniciou-se no dia 18 de setembro de 2023, sendo encontrados, inicialmente, mais de 80 mil trabalhos no Google acadêmico utilizando as palavras-chave citadas anteriormente, sendo exibidas em qualquer lugar do artigo. Depois, a busca filtrou, a partir do ano de 2016 a 2023, apenas páginas em português de artigos publicados em revistas, sendo encontrados em torno de 293 resultados. Os artigos acadêmicos que não estavam diretamente relacionados aos estudos sobre a inclusão na Educação Infantil e aos jogos e brincadeiras, foram excluídos. Ao final, somente doze foram separados para serem estudados e fornecerem base para a elaboração deste trabalho. Nesses textos, foram encontradas referências em comum, como Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, 2008), Tizuko Morchida Kishimoto (1998), Evanir Abenhaim (2005), Meire Cavalcante (2012), entre outros, que puderam contribuir grandemente para o embasamento da pesquisa.

Além disso, usaram-se livros da biblioteca virtual do Centro Universitário Newton Paiva de autores que falam sobre a infância, jogos e brincadeiras, e inclusão, como Celso Antunes (1999), Gabriela Dal Forno Martins, Marlene Rozek e Priscilla Wagner Sternberg (2019) para fundamentação teórica.

Portanto, a presente pesquisa segue a seguinte sequência: uma análise a respeito da Educação Infantil e do brincar como um direito; a importância da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil; e, finalmente, as contribuições dos jogos e brincadeiras para a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, abrangendo os tipos de jogos e brincadeiras disponíveis que podem ser utilizados em sala de aula.

Aspectos gerais da educação infantil

Na atualidade, os direitos das crianças, desde o seu nascimento, têm ganhado espaço e destaque na sociedade. Em relação à Educação Infantil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, haja vista que assegura, como dever do Estado, o atendimento das crianças em creches e pré-escolas. É determinado, no Capítulo III, Art. 208, “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). Dessa forma, passou a ser direito das crianças ter acesso à educação, o que significou uma vitória histórica em relação ao direito desses sujeitos.

Vale destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), aprovado após a Constituição Federal de 1988, é um instrumento importante para assegurar os direitos das crianças, tanto na esfera social quanto educacional. É disposto no Art. 4 que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Nesse sentido, Moreira e Lara (2012) ressaltam que tanto a Constituição Federal de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), mudaram a perspectiva da criança e do adolescente, uma vez que foi a partir dessas legislações que eles foram legalmente reconhecidos como sujeitos de direitos.

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da educação básica, sendo reconhecida por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n.º 9.394 de 1996, que preconiza:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Além disso, conforme dispõe o art.30 da LDBEN, as creches são atribuídas às crianças de até três anos de idade; já as pré-escolas são destinadas às crianças de até cinco anos de idade. Ademais, em seu art. 58, § 3, as crianças com deficiência são incluídas desde a Educação Infantil na educação especial, como modalidade escolar:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (Brasil, 1996).

Cabe ao Estado, portanto, disponibilizar espaços adequados para esse público e profissionais competentes que ajudarão as crianças nessa fase inicial da escolarização. É relevante salientar a importância de refletirmos sobre as definições e marcos legais, vigentes como resultado de diversos processos, discussões e progressos históricos. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC enfatiza que:

[...] a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar (Brasil, 2017, p. 36).

Portanto, é nessa etapa da infância que vai se estruturar a identidade e a subjetividade das crianças, proporcionando o começo da sua relação com o aprender e a educação formal, e, por isso, essa é uma fase significativa na vida das crianças. Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um elemento chave para assegurar a qualidade desse segmento de ensino, uma vez que ela está dividida em cinco campos de experiências (o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; traços, sons, cores e imagens; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) que descrevem os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem orientadores do trabalho do educador com esse público.

Nesse sentido, o professor tem um papel importante nessa etapa da vida das crianças. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. Cabe ressaltar a necessidade de educadores qualificados para atuar nesse segmento de ensino, haja vista que esses profissionais lidam com a fase mais importante: a primeira infância.

Martins, Rozek e Sternberg (2019) enfatizam que ser professor na Educação Infantil não envolve transmitir conteúdos, mas ter um olhar sensível e estar atento as diversas especificidades e necessidades de cada criança, com o intuito de proporcionar momentos de desenvolvimento

e aprendizagem. Portanto, é essencial que o professor conheça seus alunos e suas necessidades individuais, proporcionando-lhes a oportunidade de vivenciarem momentos significativos e marcantes no tempo da infância.

A educação infantil e o brincar

Sendo sujeitos de direitos, é crucial considerar o aspecto lúdico e a brincadeira como elementos fundamentais para este público, uma vez que é no brincar que, de acordo com Barbosa (2018), a criança se define como ser “humano”. Nesses momentos, ela se desenvolve em todas as suas dimensões: motora, cognitiva, artística e social. Nesse sentido, o brincar é um direito garantido por lei e está contemplado nos marcos legais nacionais e internacionais em relação à educação. A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, deixa claro que: “Toda criança terá direito a brincar e a divertir-se, cabendo à sociedade e às autoridades públicas garantirem a ela o exercício pleno desse direito”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 16, capítulo IV, enfatiza que: “o direito à liberdade compreende os aspectos, dentre eles: brincar, praticar esportes e divertir-se”. Ademais, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) reforça tal importância ao dizer que “As instituições devem assegurar e valorizar, em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças” (Brasil, 1998, p. 35). A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) também destaca o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (Brasil, 2017, p. 38).

Assim sendo, é perceptível que as brincadeiras são reconhecidas como essenciais para garantir o pleno desenvolvimento da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2009), na resolução n.º 5/2009, em seu Artigo 8º, destaca que a proposta das instituições, em relação à Educação Infantil, deve garantir, entre outras coisas, a brincadeira, a convivência e a interação entre os pares.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2009), em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil são as interações e a brincadeiras. Diante disso, é essencial compreender a criança como sujeito ativo, que por meio de suas ações, como o brincar, apropria-se do conhecimento, possibilitando seu desenvolvimento integral. Nesses momentos, a criança interage com seus pares, o possibilita a expressão de afetos, emoções, medos, entre outros. Dessa forma, as instituições de ensino e os professores devem oferecer práticas pedagógicas que incluam os jogos e as brincadeiras como parte do dia a dia das crianças, auxiliando-as em sua formação e tornando o processo de aprendizagem mais rico e significativo. Para Jean Piaget (1967), o brincar é fundamental para que a criança adquira conhecimento, explore e aprenda sobre o universo ao seu redor. A ação do brincar permite maior interação e, nesses momentos, a criança passa a se conhecer, conhecer o outro e o mundo que a cerca. As brincadeiras, e incluímos aqui também os jogos, são excelentes ocasiões para que as crianças vivenciem sentimentos diversos, interajam uns com os outros e explorem o mundo real e imaginário.

A criança brinca para conhecer a si própria e aos outros em suas relações recíprocas, para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura, para conhecer os objetivos em seu contexto, ou seja, o uso cultural dos objetos, para desenvolver a linguagem e a narrativa, para trabalhar com o imaginário, para conhecer os eventos e fenômenos que ocorrem a sua volta (Kishimoto, 1994, p. 19).

Brincar é vida para as crianças. Segundo Martins, Rozek e Sternberg (2019, p. 63), “O brincar é a expressão máxima daquilo que a criança é; portanto, brincar é sinônimo de existir e aprender”. Em vista disso, é preciso que a escola e os educadores em sala de aula reconheçam a importância dessa ação e se preocupem em oferecer tempo de qualidade, espaços seguros e materiais adequados para que as crianças (incluindo aquelas com deficiência) vivenciem momentos únicos e extremamente importantes no tempo de infância.

Inclusão de crianças com deficiência na educação infantil

A temática da inclusão tem se tornado um assunto cada vez mais relevante. É importante ressaltar que a reflexão sobre essa temática nos faz pensar que a exclusão pode acontecer de diversas maneiras, com diferentes pessoas e ambientes, sendo a exclusão escolar uma delas. De acordo com Mantoan (2003, p. 13): “A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras”. Nesse sentido, sabe-se que por um longo período, as pessoas com deficiência, conforme Veiga (2008, p. 171):

[...] foram historicamente se constituindo, no imaginário social, como defeituosas, problemáticas, incapazes, pouco eficientes. Isso lhes conferiu status inferior diante das pessoas que não possuíam deficiências foram consideradas incapazes, defeituosas e inferiores em relação a pessoas sem deficiência.

Em relação à história da educação de pessoas com deficiência, não foi diferente, pois segundo Carneiro (2012, p. 82):

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional.

Ademais, de acordo com Veiga (2008) as crianças foram historicamente tratadas como adultos em miniatura, sendo apontadas como seres vazios, comparadas a folhas de papel em branco, dependente de outros e sem direitos. Dito isso, as crianças com deficiência carregavam um peso muito maior, pois “Se elas provêm de famílias de baixa renda, agrega-se também o estigma gerado pela condição de pobreza, formando, assim, uma tríade segregadora: criança, pobre e deficiente” (Veiga, 2008, p. 171). Entretanto, depois de muitos avanços e retrocessos, as crianças passaram a serem consideradas seres pensantes, inseridas em uma sociedade e possuidoras de direitos. De acordo com Viana (2002, p. 56), “a criança, ao contrário do que era considerado no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções e, portanto, é participante ativo do mundo”. É importante destacar que essa valorização não exclui as crianças com deficiência, pelo contrário, inclui todas elas, sem exceção.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as crianças com deficiência sejam incluídas no ambiente escolar e nas salas de aula regulares desde o início de sua escolarização, recebendo todo o suporte necessário para que esse processo ocorra de maneira eficaz. De acordo com Martins, Rozek e Sternberg (2019, p. 23):

A escola de Educação Infantil pautada no paradigma da Educação Inclusiva organiza-se de modo intencional para que todos participem das propostas, e, por consequência, oportuniza aprendizagens, pois estas se constituem nas suas metas principais. No entanto, a aprendizagem, como um

processo humano, ocorre nas interações entre os sujeitos, entre os pares e entre crianças e adultos.

Além disso, os documentos legais que regem o sistema educacional brasileiro enfatizam essa inclusão como um direito. Em 2015, foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, que expressa a respeito da educação, em seu artigo 27:

[...] constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Observa-se que é assegurado, à pessoa com deficiência, o direito de acesso à educação em todos os níveis, visando alcançar seu pleno desenvolvimento. Em um primeiro momento, podemos definir a Educação Inclusiva como a inclusão de todos em escolas e salas de aula, independente das características físicas, culturais, sociais e econômicas, atendendo de forma satisfatória as necessidades de cada um (Stainback; Stainback, 1999).

Carvalho (2007) e Carneiro (2012) ainda destacam que a Educação Inclusiva deve atender todas as diferenças e necessidades dos indivíduos, dando a cada um deles as condições necessárias para participar e se desenvolver, como: recursos, acompanhamento e apoio para potencializar suas competências e habilidades. A escola deve ser aberta à diversidade, acolhendo, respeitando e valorizando as diferenças, considerando-as como uma peça essencial na construção de uma sociedade mais democrática e justa.

Frente ao exposto, a escola deve fazer sua parte para que cada aluno, independente de suas características, se sinta importante e participante daquele meio. De acordo com Stainback e Stainback (1999), uma escola inclusiva é aquela em que todas as crianças aprendem juntas em salas de aula regulares, atendendo a uma variedade de indivíduos com as suas próprias necessidades e habilidades, de acordo com as suas especificidades, de modo a garantir o sucesso no processo de formação. Ainda, conforme a Declaração de Salamanca (1994), marco histórico aos direitos das pessoas com deficiência, artigo 7º, uma escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças aprendem juntas, independente de suas diferenças. A Conferência Mundial da Educação (1994), que reuniu diversos países e organizações, também defendeu de forma clara que todos os estudantes devem estar nas salas de aula regulares, e a escola deve oferecer oportunidades iguais de aprendizagem, com um trabalho focado nos alunos (com ou sem deficiência) e segundo as suas aptidões e ritmos de aprendizagem.

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (Unesco, 1994, p. 5).

Nessa perspectiva, a inclusão escolar de sucesso é aquela em que a escola, os professores, contribuem para o progresso integral dos alunos com necessidades educacionais especiais desde o início do seu processo de escolarização, auxiliando-os no seu crescimento, desenvolvimento e aprendizado. De acordo com Veiga (2008):

A Educação Infantil deve estar voltada para os princípios da inclusão, garantindo à criança, desde o início de sua escolarização, as condições básicas para seu ingresso e percurso na educação. Os objetivos da educação especial de assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais

em programas oferecidos pela escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania devem ser perseguidos pela Educação Infantil. Só assim será possível a inclusão de crianças deficientes desde a primeira etapa da educação escolar (Veiga, 2008, p. 12).

Apesar de muitos avanços, é inegável que ainda há um caminho longo a ser percorrido. Mantoan (2008) deixa claro que o sistema de ensino brasileiro ainda é falho nesse sentido e carrega, em sua essência, a exclusão e a segregação. A sociedade tende a rotular e criar estereótipos negativos, sendo a escola, muitas vezes, uma reprodução desse comportamento. Ao oferecer oportunidades de acesso, participação e práticas de ensino apenas para um grupo específico de alunos (geralmente, os sem deficiência), encarando a diferença como uma barreira, a escola contribuirá para uma sociedade mais desigual e desumana.

O processo inclusivo requer uma mudança de paradigma, ou seja, uma nova forma de olhar e de enxergar as práticas pedagógicas, onde a escola e os educadores deverão se adaptar às especificidades das crianças, sem qualquer tipo de discriminação e preconceito. Nas palavras de Mantoan (2003, p. 16) a inclusão “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Com efeito, Abenhaim (2005, p. 51) afirma que “para pensar em inclusão é fundamental romper com conceito de normal como igual e adotar que normal é a diversidade. Somos seres únicos e, portanto, incomparáveis”. Mas, para que essa mudança aconteça, é necessário que a empatia esteja presente no olhar tanto da escola, quanto dos professores. De acordo com Martins, Rozek e Sternberg (2019, p. 23):

[...] a empatia, ou seja, o exercício de colocar-se no lugar do outro, será processo indispensável, contínuo e ininterrupto, uma vez que é somente entendendo o outro a partir de sua perspectiva que poderemos verdadeiramente considerar suas necessidades e, então, incluí-lo como parte do grupo da escola e da sua turma.

Nesse sentido, convém destacar que a diferença é uma característica própria do ser humano e deve ser respeitada, não sendo colocada como um obstáculo, mas, sim, como uma riqueza de valor inestimável. “Há, então, que se mudar o quadro referencial e definir o ensino especial e regular com base no reconhecimento e valorização das diferenças, demolindo os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora” (Mantoan, 2008, p. 32). É crucial que o aluno seja visto para além de suas deficiências, reconhecendo que não é a deficiência que determina as primeiras necessidades da criança. Pois, conforme ressalta Abenhaim (2005, p. 52), “[...] a inclusão impõe um olhar para cada um como ser em desenvolvimento, que precisa de caminhos para desenvolver o seu potencial.” É importante que todos sejam valorizados e tenham a oportunidade de aprender, brincar e vivenciar momentos significativos desde a tenra idade, sendo a deficiência apenas uma das incontáveis características que fazem parte dos seres humanos. Pacheco (2007) declara:

A prática inclusiva em sala de aula objetiva promover a formação de relacionamentos, um ambiente afetuoso e atencioso; promove ainda igualdade, a possibilidade de apoio permanente e grande expectativas no nível cognitivo, social e emocional (Pacheco, 2007, p. 43).

Assim sendo, a escola, enquanto universo educacional dinâmico e plural, deveria ser o principal ambiente de inclusão e acolhimento de todas as crianças, desde a Educação Infantil, garantindo o aprendizado, participação e experiências significativas para esses alunos. É indispensável que essa inclusão seja de qualidade, haja vista que “incluir” significa muito mais do que inserir essas crianças no ambiente escolar. De acordo com Cunha (2015, p. 69), “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades”. Nesse sentido, é

necessário que a escola assegure acessibilidade e elimine qualquer barreira, ou dificuldade, que impeça as pessoas com deficiência de exercerem seus direitos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) classifica, em seu artigo 3, capítulo IV, as diferentes barreiras que existem e precisam ser derrubadas:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Portanto, deve ser prioridade das instituições de ensino que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. A oferta de diferentes tipos de acessibilidade, e a eliminação de qualquer tipo de barreira, são formas de assegurar que a escola atenda a todos, aprenda com a diversidade e garanta o direito à educação para todos (Gurgel, 2019, p.1).

Em vista disso, é primordial compreender que, por meio da Educação Infantil, o mundo começa se fazer para a criança, sendo necessário que toda a equipe pedagógica planeje seu trabalho, buscando oferecer estímulos à capacidade dos alunos, de acordo com suas especificidades, e proporcionar a todos (com ou sem deficiência) as mesmas oportunidades de interação, brincadeira, participação e aprendizagem. Nas palavras de Cavalcante (2012, p. 5), “A idade, o gênero, a origem étnico-racial, o credo, as condições pessoais ou qualquer outra característica jamais podem justificar deixar alguém de fora na hora de brincar”.

A inclusão não é uma tarefa fácil, mas não é impossível. Entendê-la como um processo é essencial, uma vez que dessa forma percebe-se seu dinamismo e constância em termos de luta, não em um estado que se estagna. A inclusão, como processo, não tem fim e exige procedimentos e muitos esforços para que, de fato, as mudanças necessárias aconteçam e a escola se torne acolhedora às diferenças. Mantoan (2008, p.30) enfatiza: “[...] nossos caminhos educacionais estão se abrindo, à custa de muito esforço e da perseverança de alguns diante da resistência de muitos”.

Contribuições dos jogos e brincadeiras para a promoção da inclusão

Pode-se dizer que, por um longo período, o professor era considerado o centro do processo de ensino e aprendizagem, e o aluno apenas ouvinte. A relação entre professor e aluno era hierarquizada e verticalizada, impossibilitando a interação entre eles. De acordo com Antunes (2011), por muito tempo, “ensinar” estava relacionado a “transmitir” o conhecimento, e nesse contexto, as necessidades dos alunos eram deixadas de lado e eles deveriam aprender por meio da repetição e memorização.

Sendo assim, as aulas ministradas eram mecânicas. O professor não se preocupava em planejar e proporcionar aulas agradáveis e diferenciadas. No entanto, com o passar do tempo, muitos estudos e avanços aconteceram, trazendo os jogos e brincadeiras como recursos essenciais para a aprendizagem e inclusão, principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, Antunes (2011, p. 36) argumenta que “[...] o jogo ajuda a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem”.

Dessa forma, com o uso desses recursos, o professor passa a ser o mediador e facilitador do processo de aprendizagem, bem como também da interação entre os alunos, tornando a sala

de aula um ambiente prazeroso e livre de preconceitos. A inclusão deve acontecer na prática, ao oferecer ferramentas que contribuam para a aprendizagem e a interação desses alunos. Martins, Rozek e Sternberg (2019, p. 62) mencionam que “nenhuma condição de deficiência ou outros quadros deve inviabilizar que as crianças brinquem, porque isso não só viola um direito importante da criança, como também impõe barreiras ao seu desenvolvimento”.

Ademais, de acordo com Meire Cavalcante (2012, p. 5), “as pessoas não são iguais – e é isso que torna o mundo tão rico. Iguais, na verdade, devem ser as oportunidades de sobreviver e de se desenvolver, aprender, crescer sem violência e brincar!”. Corroborando com essa ideia, Carneiro (2012, p. 93) destaca que “a criança pequena, ao adentrar em um espaço escolar em que as diferenças são bem-vindas, vai aprender de forma natural a valorizar o outro por aquilo que ele é, que é capaz de realizar”. Para tanto, os jogos e as brincadeiras podem ser recursos ímpares para o desenvolvimento dos estudantes e eliminação de barreiras. Nesse contexto, Cazuya (2019, p. 14) salienta que:

[...] se configura como uma prática que pode ajudar a enfrentar as barreiras das dificuldades encontradas na educação inclusiva, já que o brincar é uma linguagem universal que pode ser vivenciada por todos e até adaptada para alguma especificidade da criança com deficiência, seja ela física ou intelectual.

Brincar é uma atividade universal, cultural, histórica e social, fundamental para o desenvolvimento infantil. Entretanto, ainda é comum a brincadeira ser entendida como um passatempo, uma atividade menor, sem consistência e sem uma intenção. Segundo Cazuya (2019), aos olhos de quem está de fora, o brincar é muitas vezes encarado como uma atividade desorganizada, que gera bagunça por parte das crianças e indica falta de planejamento do professor. No entanto, consoante as legislações mencionadas anteriormente, essa é uma ideia errônea, já que o brincar é um direito que deve ser garantido a todas as crianças desde a Educação Infantil.

A escola é o local adequado para que essas atividades sejam desenvolvidas, proporcionando, nesses momentos, oportunidades para que a criança construa sua identidade e autonomia, desenvolvendo habilidades e competências que as auxiliarão ao longo do seu percurso escolar. Piaget (1967, p. 49) explica: “brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades”. Nesse sentido, pode-se dizer que o uso de jogos e brincadeiras em sala de aula auxiliam tanto na aprendizagem, quanto na promoção da inclusão de crianças com deficiência, uma vez que, no ambiente de ensino inclusivo, todos os estudantes aprendem e participam juntos.

Os jogos e brincadeiras podem ser considerados atividades inclusivas se forem acessíveis a todos os indivíduos, visto que, através delas, as crianças aprendem a compartilhar, interagir e conviver com as diferenças, além de trabalharem os aspectos físicos, cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais. Corroborando com essa ideia, a respeito do brincar e da interação que essa ação proporciona, a Base Nacional Comum Curricular (2018) declara:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (Brasil, 2018, p. 37).

No ato de brincar, a criança é estimulada a se expressar em suas infinitas e múltiplas formas de comunicação e linguagem, a imaginar, interagir e a crescer. Campione (2016) enfatiza, em seus estudos, as diversas vantagens que o brincar oferece às crianças. Além do aprendizado, desenvolvimento da criatividade e imaginação, a ação de brincar promove a convivência com as diferenças. As brincadeiras tornam o ambiente atrativo, interativo e motivador, criando situações que despertam o interesse dos alunos em relação à aquisição de conhecimentos. Os jogos também são excelentes ferramentas para a inclusão e aprendizagem no âmbito educacional, pois proporcionam momentos de grande alegria, diversão e aprendizado para todas as crianças, ensinando-as a cumprir

regras, esperar a vez e respeitar seus colegas, desenvolvendo as capacidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais.

Ao jogar, a criança estará desenvolvendo ao mesmo tempo várias habilidades, físicas e psicomotoras, que são de fundamental importância para ela. Através de um jogo o educador poderá despertar e estimular na criança a sua imensa capacidade de observação, atenção, concentração, memória e percepção. Pois, para que consiga realizar um jogo é preciso fazer o uso dessas capacidades que o educando tem e precisa ser despertada para que a mesma possa fazer o uso dessas capacidades no jogo e em outras situações do cotidiano (Lopes, 2010, p. 29).

Assim sendo, conforme Lopes (2010), o uso dos jogos contribui significativamente para o desenvolvimento global da criança e se constitui como um aliado de apoio ao professor, para a promoção da aprendizagem e da inclusão. De acordo com Kishimoto (1998, p. 78), “[...] inúmeras as conquistas possíveis de ser alcançada pelas crianças através do mundo do jogo, entre elas a possibilidade de autoconhecimento, do conhecimento do outro e do mundo que o cerca”. É por meio dos jogos e das brincadeiras que a criança encontra formas de manifestar e comunicar o seu mundo interior, expressando seus medos, frustrações, alegrias, curiosidades, tristezas, enfim, seus sentimentos mais profundos. Nas palavras de Cavalcante (2012, p. 5), “A idade, o gênero, a origem étnico-racial, o credo, as condições pessoais ou qualquer outra característica jamais podem justificar deixar alguém de fora na hora de brincar”.

A utilização dessas ferramentas, como prática pedagógica, pode trazer benefícios significativos para todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, uma vez que é nesses momentos que a interação com os colegas se torna mais intensa, e os alunos cooperam uns com os outros, criando um ambiente agradável, acolhedor, afetuoso e, acima de tudo, sem preconceitos.

Propostas de jogos e brincadeiras para inclusão de crianças com deficiência

Existem infinitos jogos e brincadeiras que permitem que todas as crianças brinquem e aprendam juntas. Mas para atingir esse objetivo, cabe ao educador, em seu planejamento, refletir: será que esse jogo, ou essa brincadeira, permite que todos os alunos possam participar e aprender? Posso tornar esse jogo, ou essa brincadeira, acessível a todas as crianças? Como posso fazer isso? Dessa forma, o professor conseguirá, de fato, proporcionar momentos engrandecedores e vivências inclusivas, nunca subestimando a capacidade dos alunos, nem utilizando a deficiência da criança como um rótulo.

O Projeto “Incluir Brincando”, realizado pela organização Sesame Workshop e o Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF, produziu um Guia educativo com jogos e brincadeiras passíveis de serem utilizados pelo professor para incluir crianças com deficiência. Em um primeiro momento, pode-se citar alguns exemplos de jogos com esse propósito, por exemplo, o *jogo da memória*. Esse jogo estimula a atenção, a concentração, o raciocínio, o reconhecimento de figuras, a memória, a linguagem, entre outros. O professor pode, de acordo com Meire Cavalcante (2012):

Ao fazer as cartelas, você pode demarcar o contorno das imagens com tinta plástica (depois que seca, ela fica em alto relevo). É possível também preencher as imagens com texturas e objetos (botões, purpurina, lixa, algodão, lã, entre outros). Além dos elementos táteis, a palavra pode ser escrita em tinta e também em braile (Cavalcante, 2012, p 17).

No caso de crianças com mobilidade reduzida, o educador ou um colega pode virar as cartas escolhidas por aquela criança, deixando ela sinalizar a carta escolhida da maneira que achar melhor, até formar os pares (Cavalcante, 2012). Outro jogo que pode ser utilizado com crianças pequenas,

para trabalhar o reconhecimento das letras do alfabeto, a classificação de objetos que se iniciam com cada letra, o respeito às regras, a linguagem e a interação social, é a *Colmeia alfabética*. Nesse jogo, consoante Cavalcante (2012, p. 18):

[...] pode ser feito com caixas de sapato, madeira ou papelão. Cada favo da colmeia é relativo a uma letra do alfabeto, simbolizado também em braile e/ou em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ali, devem ser depositados pequenos objetos que comecem com cada letra. As crianças podem também buscar imagens em revistas que, depois de recortadas, são colocadas na colmeia.

Na matemática, o professor pode utilizar o *dominó* para que as crianças reconheçam e relacionem os números e as suas quantidades, a noção de adição e subtração, além de trabalhar atenção e o raciocínio. Para isso, o professor pode criar um dominó com os pontinhos em alto-relevo, usando cores e texturas diferentes. Além disso, as peças podem conter números em braile, ou apenas figuras coloridas, ajudando a chamar atenção das crianças com deficiência intelectual (Cavalcante, 2012).

Outro jogo bastante conhecido, e que pode se tornar acessível para todas as crianças, é o *jogo da velha*. Esse jogo estimula o raciocínio lógico, o planejamento, a coordenação viso motora, etc. Para torná-lo acessível, conforme Cavalcante (2012, p. 20):

Faça a base em tecido felpudo e as peças com um pedaço de velcro no fundo (assim, elas não deslizarão facilmente). Crie peças em EVA ou em alto relevo (com tinta plástica). Essa técnica pode ser usada para adaptar diversos jogos de tabuleiro, como dama, xadrez ou batalha naval. Para pessoas com deficiência física, coloque alças sobre cada peça. Assim, é possível movê-las com um palito de churrasco com algo curvo na ponta (um clipe de papel, por exemplo).

A fim de estimular a inventividade, a concentração, a memória, o raciocínio, a percepção, a descrição de figuras, a linguagem e a imaginação das crianças, é possível propor aos alunos o *jogo do dado das histórias*. A autora do guia, Meire Cavalcante (2012, p. 21), destaca:

Confeccione dados grandes, feitos de papelão. Em cada face, coloque desenhos em alto relevo (e o nome escrito e em braile) das imagens. Cada dado pode ter um tipo de informação em suas faces: animais, verbos, objetos, pessoas, adjetivos, lugares... Quando a criança lança o dado, precisa inventar na hora uma história que contenha o objeto descrito. A complexidade das histórias aumenta se dois ou mais dados forem combinados.

Assim como os jogos, as brincadeiras, tanto livres quanto dirigidas, são fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois promovem a interação e proporcionam um ambiente inclusivo. Portanto, é imprescindível que o educador faça uso das diversas brincadeiras disponíveis para explorar todo o potencial da criança. Dentre as inúmeras brincadeiras que podem ser utilizadas para possibilitar tanto a aprendizagem, quanto a inclusão, destaca-se a *Fantasia*. Essa brincadeira estimula a imaginação e a criatividade. Cavalcante (2012, p.12) menciona que:

É interessante permitir que as crianças usem e abusem do faz-de-conta. Por isso, um acervo com máscaras, roupas, tecidos, plumas e acessórios é importante. Deixe que as crianças criem suas narrativas, livremente. Estimule todos a observarem como o amigo com deficiência pode participar. Sua intervenção pode ser necessária para ajudar quem tem deficiência física a vestir algo ou a se movimentar, por exemplo.

Outra brincadeira que auxilia as crianças a desenvolverem a atenção e o espírito de cooperação é o *Rola-Bola*. Nessa brincadeira, as crianças fazem uma roda e jogam uma bola (que pode ser de guizo, caso alguma criança seja deficiente visual) pelo chão uns para os outros. A atenção durante a brincadeira será estimulada, uma vez que quanto mais rápido o aluno jogar a bola, mais divertido será. Além da atenção, o espírito colaborativo será estimulado, já que os colegas podem ajudar aquela criança, que talvez tenha deficiência física, a arremessar a bola (Cavalcante, 2012). Portanto, fica claro que, ao utilizar materiais baratos, simples e de fácil manipulação, o educador pode tornar os jogos e as brincadeiras acessíveis, proporcionar momentos enriquecedores para todos os alunos e contribuir, significativamente, para o desenvolvimento dos estudantes e a formação de sujeitos que respeitam os colegas e convivem com as diferenças, demonstrando empatia e colaboração.

De acordo com Cavalcante (2017), ao propor os jogos e as brincadeiras, é importante o professor respeitar o ritmo de cada aluno e sempre se lembrar: a deficiência de uma criança nunca vai dizer o que ela pode, ou não, jogar, pode, ou não, brincar. Cabe ao professor enxergar cada aluno de forma amorosa e, sobretudo, acolhedora e humana, encarando-os como seres únicos e capazes de tornar o mundo um lugar melhor. Conforme as palavras do mestre Paulo Freire (1996, p. 42), “[...] mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo”.

Considerações finais

Durante a elaboração desta pesquisa, buscou-se compreender melhor as contribuições do uso de jogos e brincadeiras para a promoção da inclusão na Educação Infantil. É importante salientar que, após uma análise dos estudos realizados a respeito deste tema, percebeu-se que algumas legislações são essenciais, pois fundamentam o direito das crianças em relação ao acesso, permanência, atendimento e inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil. Além disso, verificou-se como o uso de jogos e brincadeiras podem ser excelentes recursos para incluí-las, pois são ferramentas que lhes possibilitam viver experiências significativas em seu período de infância, dando a oportunidade e a liberdade de se manifestarem e compreenderem a si mesmas e o mundo que as cercam.

Compreende-se e evidencia-se, por meio dos estudos realizados, que a Educação Infantil é uma etapa sem igual na vida da criança, pois contribui para a sua formação e o seu desenvolvimento integral. Para tanto, se faz necessário que a ação do brincar seja incorporada na rotina da criança, por ser um direito estabelecido nos documentos nacionais e internacionais voltados para a educação. Além disso, o brincar é uma forma de expressão, comunicação, aprendizagem e crescimento, sendo, portanto, o educador o principal responsável por esse processo, proporcionando condições, recursos e espaços para que as crianças tenham experiências significativas, durante sua infância.

É importante salientar que o acesso e permanência na escola, desde o início do processo de escolarização, bem como o brincar, são direitos de todos os estudantes, sem distinção de gênero, raça, classe social, orientação sexual, etnia e deficiência. Durante todo o estudo, verificou-se que a proposta de Educação Inclusiva tem como princípio que todos aprendam juntos, e a escola esteja aberta e voltada para atender as especificidades de cada um. Dessa forma, a inclusão de crianças com deficiência não deve se limitar às leis e discursos da sociedade, mas ir além. Ações devem ser tomadas, tanto pela escola, quanto pelos professores. Isso pressupõe mudanças na estrutura, organização e práticas pedagógicas, visando colocar em prática atitudes que favoreçam o acesso e a participação plena dos alunos no ambiente escolar, eliminando barreiras que ainda causam exclusão.

Com esse objetivo, deve-se reconhecer os jogos e as brincadeiras como recursos valiosos para o desenvolvimento infantil e a promoção da inclusão. Fazendo o uso dessas ferramentas, o educador torna o ambiente escolar agradável, afetuoso e rico em aprendizado e interação. Além disso, nessas ocasiões, as crianças têm a oportunidade e a liberdade de se expressarem, desenvolvendo-se em seus aspectos físicos, cognitivos, sociais e, sobretudo, tornando-se seres humanos que valorizam as diferenças. Por se tratar de um assunto importante, ele não deve se findar por aqui, mas deve ser discutido e abordado em todos os espaços, com o intuito de estimular o uso de recursos realmente

promovedores da aprendizagem e da inclusão, desde a Educação Infantil.

Referências

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1999. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 out. 2023.

BARBOSA, Marcia Cintra. **A importância do brincar na Educação Infantil**. 2018. 54 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Umuarama, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21169/1/Importanciabrincaeducacaoinfantil.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

BIZARRIA, Geisa Aparecida Martins; CUNHA, Virgínia Mara da; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Educação escolar como direito de todos. **Revista Interação**, v. 20, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/156>. Acesso em: 6 out. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Brasília: Capes, 2008. 23 p. Disponível em: <https://producoeseconhecimentos.files.wordpress.com/2016/08/deficiencia-e-escolarizac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares para a Educação Infantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Educação Infantil. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 26 set. 2023.

CAMPIONI, Eliana; PAINI, Leonor Dias. **A contribuição da ludicidade na educação inclusiva**. Cadernos PDE. Paraná, 2016.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na Educação Infantil. **Praxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, jun. 2012. Fluxo Contínuo. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688/574>. Acesso em: 6 out. 2023.

CAVALCANTE, Meire. **Guia do Brincar Inclusivo**. 2012, 24p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/8141/file>. Acesso em: 9 out.2023

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 176 p.

CAZUZA, Maria Tatiane Siqueira Bragança. **Processo de aprendizagem e desenvolvimento para uma educação inclusiva através de jogos e brincadeiras**. 2019. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Formação de Educadores Para Educação Básica, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40262/1/Tatiane_ok.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

CUNHA, Marleide dos Santos. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) -, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Decreto Lei, n.º 1663/11**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 28 set.2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GURGEL, Karla Francisca Margarido Braga. **Acessibilidade no ambiente escolar: reflexões com base no estudo de uma escola estadual no município de manaus-am**. In: VI CONEDU. **Anais[...]**, Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58930>. Acesso em: 18 nov. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a Educação Infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994. 24 p.

KISHIMOTO Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

LOPES, Lorena Martin. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular**. 2012. Monografia (Especialização em educação: Métodos e Técnicas de Ensino) Universidade Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Medianeira, 2012.

MACHADO, Adriana Marcondes; VEIGA NETO, Alfredo Jose de; ABENHAIM, Evanir; SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; PRIETO, Rosângela Gavioli; RANNA, Wagner. **Psicologia e direitos humanos: Educação inclusiva – Direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 163 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 95 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; (ORG.), Valéria Amorim Arantes. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006. 104 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008. 153 p.

MARTINS, Gabriela Dal Forno; ROZEK, Marlene; STERNBERG, Priscilla Wagner. **Infância e inclusão: princípios inspiradores da atuação na Educação Infantil**. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019. E-book.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. LARA, Ângela Mara de Barros. **Políticas Públicas para Educação Infantil no Brasil (1990-2001)**. Maringá: Eduem, 2012. 247 p.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe docente**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 232 p.

PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento: reflexões sobre as relações entre as regras do pensamento científico e os processos da vida**. São Paulo: Cultrix, 1967.

SANTOS, Kachiri Carminati dos. **A dimensão da brincadeira e da imaginação no desenvolvimento e aprendizagem das crianças**. 2016. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Andréa Alves de; CUNHA, Karina Miranda Machado Borges; ANDRADE, Mônica Gonçalves de. O lúdico na educação inclusiva: o processo de aprendizagem a partir dos jogos e brincadeiras. **Gestão&Tecnologia**, Goiânia, v. 1, p. 125-137, janeiro, 2019. Bimestral. Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/download/27/13/>. Acesso em: 9 out. 2023.

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p.

VEIGA, Márcia Moreira. A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil. **Paideia**, Belo Horizonte, v. 4, p. 169-191, 28 maio 2008. Semestral. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/924>. Acesso em: 6 out. 2023.

Recebido em 21 de setembro de 2023.

Aceito em 25 de outubro de 2023.